

Relatório nº. , de 2007

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES e DEFESA NACIONAL sobre a Mensagem nº. 68, de 2007 (Mensagem nº. 00231, de 10/04/2007, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Manoel** Antonio da Fonseca Couto Gomes **Pereira**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de **Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia**.

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do interessado, segundo o qual o Sr. Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, filho de Antonio Gomes Pereira e de Maria Helena da Fonseca Costa Couto Gomes Pereira, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1º de maio de 1949.

É bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara. Após concluir o Curso Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1974. Foi promovido a Segundo Secretário, em 1977; a Primeiro Secretário, em 1981; a Conselheiro, em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1996; e a Ministro de Primeira Classe, em 2005.

Defendeu a tese “O turismo como fator de desenvolvimento e integração do Brasil no MERCOSUL”, no XXVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1993.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe da Divisão de Protocolo, 1986; Chefe da Divisão de Pessoal, 1995; da Divisão Jurídica, 2003; e Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, 2004.

Em 1997, assumiu a Chefia da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministério da Justiça.

Foi Coordenador-Geral de Estudos da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em 2002.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Embaixada em Roma, 1977; na Embaixada em Port-of-Spain, 1980; na Embaixada em Lima, 1982; na Embaixada em Madri, 1988; na Embaixada em Bissau, como Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1990; no Consulado em Sidney, como Cônsul, 1991.

Chefiou a delegação brasileira à III Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru sobre Narcotráfico, em Lima, em 1998; à 2ª e 3ª Reuniões da Unidade Especial de Trabalho da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Buenos Aires, em 1998; à reunião do Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto de Mecanismo Regional de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Buenos Aires, 1998; à 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Reuniões Técnicas da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Assunção, todas em 1999; à VI e XII Reuniões de Ministros da Justiça do MERCOSUL, Montevideu, ambas em 1999; a reuniões de negociação de Acordos sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais com a Albânia e a Federação da Rússia, em Brasília e Moscou, respectivamente, em 2004; à 2ª Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil-Bolívia sobre Assuntos Migratórios e Fundiários em La Paz, em 2006, entre muitas outras.

No que se refere às missões no exterior, ainda merece registro a desempenhada pelo ilustre Ministro Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira na companhia de uma comissão de parlamentares presidida por este Relator, em visita a presídios norte-americanos onde se encontravam detidos brasileiros acusados de emigração ilegal.

Durante longas e exaustivas jornadas, o Ministro, incansável, não desanimou ante as inúmeras circunstâncias adversas enfrentadas, sempre demonstrando irreduzível disposição para superar obstáculos, a fim de que obtivéssemos a

melhor solução diplomática para viabilizar o retorno seguro e digno de nossos concidadãos ao País.

Foram dias peregrinando por centros de detenção nos desertos do Texas, Arizona e Califórnia. O apoio consular ao presidente da comitiva, aos presos e suas famílias, as tratativas com as autoridades locais, a logística para a repatriação, os contatos com a imprensa nacional e internacional, os acordos encaminhados, enfim, em todos esses episódios, passando pelo o embarque nas aeronaves fretadas pelo governo estadunidense até o abraço fraterno nos familiares em solo brasileiro, sempre pudemos contar com a diligente e ponderada participação desse ilustre diplomata.

Por sua consumada destreza, o Ministro Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira fez jus ao reconhecimento, a admiração e o respeito que nutrimos pela nobilitante função cometida aos integrantes da Casa de Rio Branco, essa que acumula em sua história vitórias grandiosas e silentes da chancelaria brasileira.

Nesta missão a que me reporto, o Ministro Manoel Pereira demonstrou a sua capacidade de vislumbrar no vasto e intrincado horizonte que compreende as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a importância de se priorizar o respeito à saga dos brasileiros que para lá se dirigiram em busca melhores oportunidades de trabalho, sem, contudo, comprometer, no mínimo que fosse, os interesses estratégicos, econômicos e sociais envolvidos, preservando, assim, a tradição de excelência

dos serviços prestados ao País pelo Ministério das Relações Exteriores.

Consta, ademais, do processado, informação anexada pelo Itamaraty sobre a Nova Zelândia.

Do documento cabe destacar, no que tange ao relacionamento político-diplomático do Brasil com aquele país, que o diálogo bilateral beneficiou-se da abertura de nossa Embaixada em Wellington, em 1997, e da inauguração da Embaixada neozelandesa em Brasília, em 2001. Em 2000, foi lançada a “Estratégia Latino-Americana” pelo governo da Nova Zelândia.

O documento informa que a cooperação em Ciência e Tecnologia com a Nova Zelândia oferece inúmeras oportunidades, particularmente em áreas como processamento de laticínios, genética animal e vegetal, entre outras. A cooperação tem lugar também nos meios acadêmicos, com grande número de estudantes brasileiros fazendo cursos de pós-graduação nas Universidades de Massey e Lincoln em áreas agro-pastoris ou de biotecnologia. A Escola de Medicina da Universidade de Otago mantém, desde 1999, mecanismo de cooperação com a Universidade de Santa Catarina na área de saúde pública.

Cabe ressaltar, também, a grande presença de estudantes brasileiros na Nova Zelândia (dois mil, em 2005), interessados no estudo da língua inglesa.

No tocante às relações econômicas, cumpre destacar que as trocas comerciais entre Brasil e Nova Zelândia, embora modestas em termos absolutos (US\$ 83,4 milhões nos dois sentidos) apresentam potencial de crescimento.

Em 2006, as exportações brasileiras registraram crescimento de 3% com relação ao ano anterior e as importações provenientes da Nova Zelândia caíram 8% no mesmo período, com considerável redução das importações de caseinato de sódio.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Nova Zelândia são os derivados do complexo soja, suco de laranja, motocicletas, motocompressores, produtos de aplicação veterinária, fios de alumínio, café, refrigeradores e fumo.

Brasil e Nova Zelândia são parte dos dezessete países que compõem o Grupo de Cairns e, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, fazem estreita coordenação de posições, produzindo propostas negociadoras comuns com vistas à liberalização do comércio de produtos agrícolas. Ambos acreditam, também, na importância de uma política ambiental que promova o desenvolvimento sustentável.

A exemplo do Brasil, a Nova Zelândia apóia as forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais participa ativamente. Também no campo dos direitos humanos Brasil e Nova Zelândia têm demonstrado sintonia em suas posições, tratando-se de tema prioritário na política externa tanto neozelandesa como do Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2007.

, Presidente

, Relator